



TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

TERMO DE REFERÊNCIA

Número do Processo - SISLOG  
115888

Número do Processo - SEI  
202500005025378

Em conformidade com a Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e com o Decreto estadual nº 10.207, de 27 de janeiro de 2023, o Termo de Referência é o documento necessário para a contratação de bens e serviços comuns, destinado a identificar as especificações do objeto e as condições da contratação e execução, devendo conter os elementos mínimos previstos na legislação.

O Termo de Referência deve ser elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, após o posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

O Termo de Referência deverá ser elaborado, obrigatoriamente, nas contratações de bens e serviços comuns, inclusive serviços comuns de engenharia, independente da forma de seleção do fornecedor, seja por licitação ou por contratação direta.

Tópico 1 - DADOS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Dados do Processo	Número do Processo Administrativo no Sei 202500005025378
1.2. Adequação Orçamentária	A presente contratação será autorizada pelo Ordenador de Despesas, com a respectiva indicação orçamentária, nos termos do Decreto estadual nº 10.207, de 27 de janeiro de 2023.

Tópico 2 - DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Descrição resumida do objeto	Fornecimento de Bens e Materiais e Serviços - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva anual em dez sistemas de geração de energia fotovoltaica instalados em oito Unidades de Conservação do Estado de Goiás, incluindo a contratação de seguro anual para cada sistema, com cobertura contra danos acidentais, fenômenos naturais, furtos, incêndios e demais riscos. A contratação contempla, ainda, a execução de um serviço de manutenção corretiva no Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco (PEAMP).
2.2. Regime de fornecimento de bens ou serviços	Fornecimento de Bens e Materiais e Serviços em parcela única, nos termos do Cronograma constante neste TR (se aplicável).
2.3. Natureza da execução do objeto	Fornecimento de Bens e Materiais e Serviços: não continuada
2.4. Característica do objeto	Comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
2.5. Instrumento Contratual	A presente contratação será formalizada por meio de Termo de Contrato.
2.6. Prazo de vigência contratual	O prazo de vigência contratual é de 12 meses, contados imediatamente após a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do Título III, Capítulo V, da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021. Considerando que o objeto contratado é de natureza não continuada, a vigência do contrato é não prorrogável nos termos da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021. A minuta de Termo de Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Tópico 3 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DOS PREÇOS REFERENCIAIS

3.1. Os valores referenciais estimados da contratação, unitários e totais, aferidos conforme ampla pesquisa de mercado, são os seguintes:

Lote 01
Descrição do item 001 Código 3550 - Prestação de Serviços, contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva em sistemas de geração de energia fotovoltaica.

<b>Informações Adicionais</b> Parque Estadual Telma Ortegal ? PETO	
Período (Meses)	1
Quantidade	1
Unidade	servico (s)
Participação	Exclusiva ME/EPP
Local de Entrega	peto
Diferença Mínima	1,00
Valor Unitário	R\$ 3.430,00
Valor Total	R\$ 3.430,00

Lote 01	
<b>Descrição do item 002</b> Código 601 - Contratação de Seguro, para sistemas de geração de energia fotovoltaica, com cobertura contra danos acidentais, fenômenos naturais, furtos, incêndios e demais riscos.	
<b>Informações Adicionais</b> Parque Estadual Telma Ortegal ? PETO	
Período (Meses)	1
Quantidade	1
Unidade	servico (s)
Participação	Exclusiva ME/EPP
Local de Entrega	peto
Diferença Mínima	1,00
Valor Unitário	R\$ 550,00
Valor Total	R\$ 550,00

Lote 02	
<b>Descrição do item 005</b> Código 3550 - Prestação de Serviços, instalação e/ou manutenção de placa solar fotovoltaica.	
<b>Informações Adicionais</b> Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco ? PEAMP	
Período (Meses)	1
Quantidade	1
Unidade	servico (s)
Participação	Exclusiva ME/EPP
Local de Entrega	peamp
Diferença Mínima	1,00
Valor Unitário	R\$ 10.633,33
Valor Total	R\$ 10.633,33

Lote 02	
<b>Descrição do item 006</b> Código 601 - Contratação de Seguro, para sistemas de geração de energia fotovoltaica, com cobertura contra danos acidentais, fenômenos naturais, furtos, incêndios e demais riscos.	
<b>Informações Adicionais</b> Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco ? PEAMP	
Período (Meses)	1
Quantidade	1
Unidade	servico (s)
Participação	Exclusiva ME/EPP
Local de Entrega	peamp
Diferença Mínima	1,00
Valor Unitário	R\$ 2.454,17
Valor Total	R\$ 2.454,17

Lote 03	
<b>Descrição do item 010</b> Código 3550 - Prestação de Serviços, contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva em sistemas de geração de energia fotovoltaica.	
<b>Informações Adicionais</b> Parque Estadual de Terra Ronca ? PETER ALOJAMENTO	
Período (Meses)	1
Quantidade	1

Unidade	servico (s)
Participação	Exclusiva ME/EPP
Local de Entrega	peter
Diferença Mínima	1,00
Valor Unitário	R\$ 9.416,67
Valor Total	R\$ 9.416,67

Lote 03	
<b>Descrição do item 011</b>	
Código 601 - Contratação de Seguro, para sistemas de geração de energia fotovoltaica, com cobertura contra danos acidentais, fenômenos naturais, furtos, incêndios e demais riscos.	
<b>Informações Adicionais</b>	
Parque Estadual de Terra Ronca ? PETER ALOJAMENTO	
Período (Meses)	1
Quantidade	1
Unidade	servico (s)
Participação	Exclusiva ME/EPP
Local de Entrega	peter
Diferença Mínima	1,00
Valor Unitário	R\$ 900,00
Valor Total	R\$ 900,00

Lote 04	
<b>Descrição do item 015</b>	
Código 3550 - Prestação de Serviços, contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva em sistemas de geração de energia fotovoltaica.	
<b>Informações Adicionais</b>	
Parque Estadual de Terra Ronca ? PETER BARRAÇÃO	
Período (Meses)	1
Quantidade	1
Unidade	servico (s)
Participação	Exclusiva ME/EPP
Local de Entrega	peter
Diferença Mínima	1,00
Valor Unitário	R\$ 8.966,67
Valor Total	R\$ 8.966,67

Lote 04	
<b>Descrição do item 016</b>	
Código 601 - Contratação de Seguro, para sistemas de geração de energia fotovoltaica, com cobertura contra danos acidentais, fenômenos naturais, furtos, incêndios e demais riscos.	
<b>Informações Adicionais</b>	
Parque Estadual de Terra Ronca ? PETER BARRAÇÃO	
Período (Meses)	1
Quantidade	1
Unidade	servico (s)
Participação	Exclusiva ME/EPP
Local de Entrega	peter
Diferença Mínima	1,00
Valor Unitário	R\$ 1.376,67
Valor Total	R\$ 1.376,67

Lote 05	
<b>Descrição do item 020</b>	
Código 3550 - Prestação de Serviços, contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva em sistemas de geração de energia fotovoltaica.	
<b>Informações Adicionais</b>	
Parque Estadual dos Pireneus ? PEP SEDE ADMINISTRATIVA	
Período (Meses)	1
Quantidade	1
Unidade	servico (s)
Participação	Exclusiva ME/EPP
Local de Entrega	pep

Diferença Mínima	1,00
Valor Unitário	R\$ 6.316,67
Valor Total	R\$ 6.316,67

Lote 05	
<b>Descrição do item 021</b>	
Código 601 - Contratação de Seguro, para sistemas de geração de energia fotovoltaica, com cobertura contra danos acidentais, fenômenos naturais, furtos, incêndios e demais riscos.	
<b>Informações Adicionais</b>	
Parque Estadual dos Pireneus ? PEP SEDE ADMINISTRATIVA	
Período (Meses)	1
Quantidade	1
Unidade	servico (s)
Participação	Exclusiva ME/EPP
Local de Entrega	pep
Diferença Mínima	1,00
Valor Unitário	R\$ 856,67
Valor Total	R\$ 856,67

Lote 06	
<b>Descrição do item 025</b>	
Código 3550 - Prestação de Serviços, contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva em sistemas de geração de energia fotovoltaica.	
<b>Informações Adicionais</b>	
Parque Estadual dos Pireneus ? PEP GUARITA	
Período (Meses)	1
Quantidade	1
Unidade	servico (s)
Participação	Exclusiva ME/EPP
Local de Entrega	pep
Diferença Mínima	1,00
Valor Unitário	R\$ 5.733,33
Valor Total	R\$ 5.733,33

Lote 06	
<b>Descrição do item 026</b>	
Código 601 - Contratação de Seguro, para sistemas de geração de energia fotovoltaica, com cobertura contra danos acidentais, fenômenos naturais, furtos, incêndios e demais riscos.	
<b>Informações Adicionais</b>	
Parque Estadual dos Pireneus ? PEP GUARITA	
Período (Meses)	1
Quantidade	1
Unidade	servico (s)
Participação	Exclusiva ME/EPP
Local de Entrega	pep
Diferença Mínima	1,00
Valor Unitário	R\$ 1.883,33
Valor Total	R\$ 1.883,33

Lote 07	
<b>Descrição do item 030</b>	
Código 3550 - Prestação de Serviços, contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva em sistemas de geração de energia fotovoltaica.	
<b>Informações Adicionais</b>	
Parque Estadual do Araguaia - PEA	
Período (Meses)	1
Quantidade	1
Unidade	servico (s)
Participação	Exclusiva ME/EPP
Local de Entrega	pea
Diferença Mínima	1,00
Valor Unitário	R\$ 9.200,00
Valor Total	R\$ 9.200,00

Lote 07	
<b>Descrição do item 031</b> Código 601 - Contratação de Seguro, para sistemas de geração de energia fotovoltaica, com cobertura contra danos acidentais, fenômenos naturais, furtos, incêndios e demais riscos.	
<b>Informações Adicionais</b> Parque Estadual do Araguaia - PEA	
Período (Meses)	1
Quantidade	1
Unidade	servico (s)
Participação	Exclusiva ME/EPP
Local de Entrega	pea
Diferença Mínima	1,00
Valor Unitário	R\$ 756,67
Valor Total	R\$ 756,67

Lote 08	
<b>Descrição do item 035</b> Código 3550 - Prestação de Serviços, contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva em sistemas de geração de energia fotovoltaica.	
<b>Informações Adicionais</b> Estação Ecológica da Chapada de Nova Roma -ESEC CNR	
Período (Meses)	1
Quantidade	1
Unidade	servico (s)
Participação	Exclusiva ME/EPP
Local de Entrega	esec cnr
Diferença Mínima	1,00
Valor Unitário	R\$ 8.566,67
Valor Total	R\$ 8.566,67

Lote 08	
<b>Descrição do item 036</b> Código 601 - Contratação de Seguro, para sistemas de geração de energia fotovoltaica, com cobertura contra danos acidentais, fenômenos naturais, furtos, incêndios e demais riscos.	
<b>Informações Adicionais</b> Estação Ecológica da Chapada de Nova Roma -ESEC CNR	
Período (Meses)	1
Quantidade	1
Unidade	servico (s)
Participação	Exclusiva ME/EPP
Local de Entrega	esec cnr
Diferença Mínima	1,00
Valor Unitário	R\$ 1.141,67
Valor Total	R\$ 1.141,67

Lote 09	
<b>Descrição do item 040</b> Código 3550 - Prestação de Serviços, contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva em sistemas de geração de energia fotovoltaica.	
<b>Informações Adicionais</b> Parque Estadual da Mata Atlântica ? PEMA	
Período (Meses)	1
Quantidade	1
Unidade	servico (s)
Participação	Exclusiva ME/EPP
Local de Entrega	pema
Diferença Mínima	1,00
Valor Unitário	R\$ 7.266,67
Valor Total	R\$ 7.266,67

Lote 09	
<b>Descrição do item 041</b> Código 601 - Contratação de Seguro, para sistemas de geração de energia fotovoltaica, com cobertura contra danos acidentais, fenômenos naturais, furtos,	

incêndios e demais riscos.

**Informações Adicionais**

Parque Estadual da Mata Atlântica ? PEMA

Período (Meses)	1
Quantidade	1
Unidade	servico (s)
Participação	Exclusiva ME/EPP
Local de Entrega	pema
Diferença Mínima	1,00
Valor Unitário	R\$ 1.061,67
Valor Total	R\$ 1.061,67

Lote 10

**Descrição do item 045**

Código 3550 - Prestação de Serviços, contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva em sistemas de geração de energia fotovoltaica.

**Informações Adicionais**

Parque Estadual da Serra de Jaraguá - PESJ

Período (Meses)	1
Quantidade	1
Unidade	servico (s)
Participação	Exclusiva ME/EPP
Local de Entrega	pesj
Diferença Mínima	1,00
Valor Unitário	R\$ 6.550,00
Valor Total	R\$ 6.550,00

Lote 10

**Descrição do item 051**

Código 601 - Contratação de Seguro, para sistemas de geração de energia fotovoltaica, com cobertura contra danos acidentais, fenômenos naturais, furtos, incêndios e demais riscos.

**Informações Adicionais**

Parque Estadual da Serra de Jaraguá - PESJ

Período (Meses)	1
Quantidade	1
Unidade	servico (s)
Participação	Exclusiva ME/EPP
Local de Entrega	pesj
Diferença Mínima	1,00
Valor Unitário	R\$ 840,00
Valor Total	R\$ 840,00

Lote 11

**Descrição do item 047**

Código 3550 - Prestação de Serviços, contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva em sistemas de geração de energia fotovoltaica.

**Informações Adicionais**

MANUTENÇÃO CORRETIVA Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco ? PEAMP

Período (Meses)	1
Quantidade	1
Unidade	servico (s)
Participação	Exclusiva ME/EPP
Local de Entrega	peamp
Diferença Mínima	1,00
Valor Unitário	R\$ 11.200,00
Valor Total	R\$ 11.200,00

**3.2. Preço Total Estimado:** não sigiloso - **R\$ 99.100,86 (R\$ Noventa e Nove Mil e Cem Reais e Oitenta e Seis Centavos)** .

**3.3.** O preço total estimado da contratação fundamenta-se conforme pesquisa de preços realizada em conformidade com o Decreto estadual nº 9.900, de 07 de julho de 2021.

**3.4.** Os preços estimados especificados neste Termo de Referência, unitários, totais e global, correspondem aos preços máximos nos quais o objeto poderá ser adjudicado. Não será admitida a adjudicação do objeto por preços (unitário e global) superiores aos especificados neste Termo de Referência.

#### Tópico 4 - DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

**4.1.** O objeto contratado deverá atender às especificações e a descrição como um todo, abaixo apresentadas:

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva anual em dez sistemas de geração de energia fotovoltaica instalados em oito Unidades de Conservação do Estado de Goiás, incluindo a contratação de seguro anual para cada sistema, com cobertura contra danos acidentais, fenômenos naturais, furtos, incêndios e demais riscos. A contratação contempla, ainda, a execução de um serviço de manutenção corretiva no Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco (PEAMP).

#### Tópico 5 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

**5.1.** A presente contratação de Fornecimento de Bens e Materiais e Serviços - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva anual em dez sistemas de geração de energia fotovoltaica instalados em oito Unidades de Conservação do Estado de Goiás, incluindo a contratação de seguro anual para cada sistema, com cobertura contra danos acidentais, fenômenos naturais, furtos, incêndios e demais riscos. A contratação contempla, ainda, a execução de um serviço de manutenção corretiva no Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco (PEAMP). está fundamentada nos termos do [ETP - Estudo Técnico Preliminar].

**5.2.** Em síntese, a contratação pretendida justifica-se pela necessidade de garantir o pleno funcionamento, a eficiência e a segurança dos sistemas de geração de energia fotovoltaica instalados em Unidades de Conservação do Estado de Goiás, os quais são fundamentais para o abastecimento elétrico de estruturas administrativas e operacionais, muitas delas localizadas em áreas remotas e sem acesso à rede convencional. **A contratação abrange a manutenção preventiva anual, necessária para preservar a vida útil dos equipamentos e evitar falhas técnicas, bem como a manutenção corretiva emergencial do sistema fotovoltaico do Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco (PEAMP),** que atualmente se encontra inoperante. Além disso, inclui a **contratação de seguro anual para cada sistema,** com o objetivo de proteger o patrimônio público contra riscos como furtos, incêndios, eventos climáticos e danos acidentais.

#### Tópico 6 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**6.1.** O objeto da contratação deve seguir todos os requisitos e padrões regionais ou nacionalmente estabelecidos.

##### Obrigações pertinentes à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

**6.15.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**6.16.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**6.17.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**6.18.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**6.19.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**6.21.** É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**6.22.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**6.23.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**6.24.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**6.25.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**6.26.** O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**6.27.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### Tópico 7 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

**7.** O objeto contratado deverá ser entregue ou prestado mediante o cumprimento das seguintes condições:

##### Prazo de entrega ou prestação de serviço:

**7.1.** O prazo de entrega do objeto ou prestação do serviço contratado é de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço ou Fornecimento, emitida pelo Gestor e/ou Fiscal do Contrato.

As **Ordens de Serviço serão emitidas de forma escalonada ou conforme demanda da SEMAD-GO,** durante a vigência do contrato, garantindo **flexibilidade na execução e margem para não emitir todas as ordens simultaneamente.**

**7.1.1.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo ou cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**7.1.2.** Caso não seja possível a entrega na data determinada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo possa ser analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**7.1.3.** Caso não seja possível a entrega na data determinada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo possa ser analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**Local de entrega ou prestação de serviço:**

7.2. O objeto contratado deverá ser entregue ou prestado no endereço apresentado no item 3.1 deste Termo de Referência. ou em outro local onde a CONTRATADA indicar na Ordem de Serviço

**QUADRO I - MANUNTENÇÃO PREVENTIVA**

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	ENDEREÇO	MUNICÍPIOS(S)	COORDENADA(S) DE REFERÊNCIA	USINA FOTOVOLTAICA INSTALADA EM SOLO/ OU TELHADO	QUANTIDADE MÓDULOS / PLACAS	QUANTIDADE DE INVERSORES	DATA DA INSTALAÇÃO	USINA FOTOVOLTAICA NÃO TEM SEGURO	VALOR DO SISTEMA GERADOR SOLAR	VALOR DA INSTALAÇÃO	USINA FOTOVOLTAICA ON - GRID, OFF - GRID OU HÍBRIDA
Parque Estadual Telma Ortegal (PETO)	BR 060, Km 174,5, a 2,3 Km da sede do município de Abadia de Goiás.	Abadia de Goiás	16°45'33.13"S/ 49°25'31.90"O	Telhado	06		09/08/2021	NÃO		R\$ 19.600,00	ON GRID
Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco (PEAMP)  Parque Estadual do João Leite (PEJol)	Rodovia BR-060/153 Km 127, Zona Rural Goianápolis, Goiás. Cep 75.170-000. Distância de Goiânia: aproximadamente 15km.	Goiânia, Goianápolis, Nerópolis e Terezópolis de Goiás	16°32'45.89"S/49°9'21.21"O	Telhado	40	20 kw ONGRIP 380 V 2 MPPT	13/09/2022	NÃO	R\$ 54.413,59	R\$ 34.086,41	ON GRID
Parque Estadual de Terra Ronca (PETeR), <b>INSTALADA NO ALOJAMENTO</b>	Fazenda Pau Ferrado 1, Z.Rural, à 13 Km do Povoado São João Evangelista, município de São Domingos, Goiás. Cep 73.860-000. Distância de Goiânia: aproximadamente 700 km.	São Domingos e Guarani de Goiás	13°39'45.14"S/ 46°25'32.71"O	Telhado	12	SIW200G M050 W0 Da WEG	22/05/2023	NÃO	R\$ 31.992,50		ON GRID
Parque Estadual de Terra Ronca (PETeR), <b>INSTALADA NO BARRAÇÃO</b>	Fazenda Pau Ferrado 1, Zona Rural, à 13 Km do Povoado de São João Evangelista, município de São Domingos, Goiás. Cep 73.860-000. Distância de Goiânia: aproximadamente 700 km.	São Domingos e Guarani de Goiás	13°39'45.14"S/ 46°25'32.71"O	Telhado	08	2 micro inversores	19/12/2024	NÃO	R\$ 52.000,00		ON GRID
Parque Estadual dos Pirineus (PEP), <b>SEDE ADMINISTRATIVA</b>	Fazenda Abade, Morro dos Pirineus, Zona Rural, Cocalzinho de Goiás, Goiás. Cep 72.975-000. Distância de Goiânia: aproximadamente 150km.	Pirenópolis, Cocalzinho e Corumbá de Goiás	15°47'47.47"S/ 48°50'34.83"O	Telhado	08		09/08/2021	NÃO	R\$ 30.800,00		ON GRID
Parque Estadual dos Pirineus (PEP), <b>GUARITA</b>	Fazenda Abade, Morro dos Pirineus, Zona Rural, Cocalzinho de Goiás, Goiás. Cep 72.975-000. Distância de Goiânia: aproximadamente 150km.	Pirenópolis, Cocalzinho e Corumbá de Goiás	15°47'47.47"S/ 48°50'34.83"O	Telhado	05		26/12/2024	NÃO	R\$ 70.000,00		OFF GRID
Parque Estadual do Araguaia (PEA)	Fazenda Araguaia Outros - Próx. ao Rio Araguaia, Zona Rural, São Miguel do Araguaia, Goiás. Cep 76.598- Distância de Goiânia: aproximadamente 600km.	São Miguel do Araguaia	13° 8'48.85"S/ 50°35'6.02"O	Telhado	10		10/01/2022	NÃO	R\$ 14.537,30	R\$ 11.962,70	ON GRID



Estação Ecológica da Chapada de Nova Roma (ESEC CNR)	Estrada vicinal subida da serra da Chapada de Nova Roma, à 06 km do povoado de São Sebastião de Nova Roma (Brejão). Município de Nova Roma.	Nova Roma	13°53'27.01"S/ 47° 2'45.88"O	Solo	05	Inversor Híbrido de 5KW	31/03/2025	NÃO	R\$ 33.100,00	R\$ 9.890,00	OFF GRID
Parque Estadual da Mata Atlântica (PEMA)	Fazenda Corumbá O, Zona Rural, Água Limpa, Goiás.Cep 75.665-000. Distância de Goiânia: aproximadamente 230 km.	Água Limpa	18°13'45.28"S/ 48°47'8.39"O	Telhado	10		09/08/2021	NÃO	R\$ 39.300,00		ON GRID
Parque Estadual da Serra de Jaraguá (PESJ)	Parque Estadual da Serra de Jaraguá, localizado na Zona Rural de Jaraguá, acesso pela vicinal GO-427, 1 km após o prédio.	Jaraguá, São Francisco de Goiás	15°48'34"S / 49°20'13"O.	Telhado	14	2MPPT 220V 8KW GROWATT	26/08/2025	NÃO	R\$ 28.697,59		ON-GRID

IV

QUADRO II -MANUTENÇÃO CORRETIVA

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	ENDEREÇO	MUNICÍPIOS(S)	COORDENADA(S) DE REFERÊNCIA	USINA FOTOVOLTAICA INSTALADA EM SOLO/ OU TELHADO	QUANTIDADE DE MÓDULOS / PLACAS	QUANTIDADE DE INVERSORES	DATA DA INSTALAÇÃO	USINA FOTOVOLTAICA NÃO TEM SEGURO	VALOR DO SISTEMA GERADOR SOLAR	VALOR DA INSTALAÇÃO	USINA FOTOVOLTAICA ON - GRID, OFF - GRID OU HÍBRIDA	TIPO DE CONEXÃO
Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco (PEAMP)  Parque Estadual do João Leite (PEJol)	Rodovia BR-060/153 Km 127, Zona Rural Goianápolis, Goiás. Cep 75.170-000. Distância de Goiânia: aproximadamente 15km.	Goiânia, Goianápolis, Nerópolis e Terezópolis de Goiás	16°32'45.89"S/49° 9'21.21"O	Telhado	40	20 kw ONGRIP 380 V 2 MPPT	13/09/2022	NÃO	R\$ 54.413,59	R\$ 34.086,41	ON GRID	TRIFÁSICA

Dinâmica da entrega ou prestação de serviço:

7.3. Os produtos a serem entregues devem ser acondicionados em embalagem apropriada, de forma segura, com os respectivos acessórios, com marca, manual, garantia e modelo impressos.

Garantia, manutenção e assistência técnica

7.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7.5.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

7.5.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

7.5.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

7.5.3.1. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

7.5.3.2. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

7.5.4. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

7.5.4.1. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

7.5.4.2. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

7.5.4.3. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir

do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

#### Tópico 8 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

---

##### Responsabilidade do Fornecedor

**8.1.** Não obstante o Fornecedor ser o único responsável pela entrega do objeto ou prestação de serviço, a Administração se reserva no direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento ou prestação de serviço, nos termos da legislação aplicável.

**8.2.** O Fornecedor será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração.

##### Comunicação

**8.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e o Fornecedor serão realizadas por escrito, admitindo-se o uso de notificação ou mensagem eletrônica registrada no sistema SISLOG destinada a esse fim, realizadas pelo Gestor do Contrato, ou seu respectivo substituto, formalmente designado.

##### Reunião inicial do contrato

**8.4.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa Fornecedor para reunião inicial para apresentação do Plano de Gestão do Contrato, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Fornecedor, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

##### Registro de Ocorrências

**8.5.** Serão registradas todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

##### Gestão e fiscalização do contrato

**8.6.** O contrato será acompanhado pelo Gestor e Fiscal do Contrato, ou seus respectivos substitutos, formalmente designados nos termos do Decreto estadual nº 10.216, de 14 de fevereiro de 2023, responsáveis pela fiscalização, acompanhamento e verificação da perfeita execução contratual, em todas as fases até a finalização do contrato.

**8.7.** O Gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato e será responsável pela comunicação com representantes do Fornecedor, nos termos do art. 22 do Decreto estadual nº 10.216, de 14 de fevereiro de 2023.

**8.8.** O Gestor do contrato coordenará as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, aos atos preparatórios à instrução processual e encaminhará a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à alteração, prorrogação ou rescisão contratual ou para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

##### Fiscalização Técnica

**8.9.** O Fiscal Técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, segundo suas atribuições descritas no art. 23 do Decreto estadual nº 10.216, de 14 de fevereiro de 2023.

**8.10.** O Fiscal Técnico acompanhará o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nas condições contratuais e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital para o pagamento, com possibilidade de solicitar o auxílio ao Fiscal Administrativo ou Setorial, e ainda informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a ocorrência relevante que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência ou a existência de riscos quanto à conclusão da execução do objeto contratado que estão sob sua responsabilidade.

##### Fiscalização Administrativa

**8.11.** O Fiscal Administrativo do contrato acompanhará os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e ao controle do contrato no que se refere a revisões, reajustes, repactuações e providências nas hipóteses de inadimplemento, segundo suas atribuições descritas no art. 24 do Decreto estadual nº 10.216, de 14 de fevereiro de 2023.

##### Verificação da manutenção das condições de habilitação do Fornecedor

**8.12.** O Fornecedor deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

**8.13.** Constatando-se a situação de irregularidade do Fornecedor, o Gestor deverá notificar o Fornecedor para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por motivo justo e a critério da Administração.

**8.14.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual por meio de processo administrativo, assegurado ao Fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

**8.15.** Havendo a efetiva execução do objeto durante o prazo concedido para a regularização, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

#### Tópico 9 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

---

O objeto contratado será recebido nas seguintes condições:

##### Recebimento do objeto

**9.1.** Os bens serão recebidos **provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**9.2.** Os produtos ou serviços serão recebidos **definitivamente**, no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, pelo Fiscal do Contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, mediante Termo de Recebimento Definitivo, das condições exigidas no Termo de Referência.

**9.2.1.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**9.2.2.** O Recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Fornecedor pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**9.2.3.** Na hipótese de o recebimento definitivo não ser realizado no prazo fixado sem qualquer comunicação ao Fornecedor, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento no dia do esgotamento do prazo.

**9.2.4.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**9.2.5.** O prazo para a solução, pelo Fornecedor, de inconsistências na execução do objeto, de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**9.2.6.** O mero recebimento sumário de produtos pela equipe de almoxarifado, com a respectiva assinatura de canhoto da nota fiscal, não implicará em recebimento provisório e/ou definitivo do objeto do contrato, os quais serão formalizados por meio de documento próprio pelo respectivo fiscal do contrato.

#### **Prazo para correção de defeitos**

**9.3.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) , a contar da notificação do Fornecedor, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

#### **Atesto da execução do objeto**

**9.4.** Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias para fins de atesto da execução do objeto, na forma deste Tópico, nos termos do art. 4º do Decreto estadual nº 9.561, de 21 de novembro de 2019.

**9.5.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para atesto ou liquidação ficará sobrestado até que o Fornecedor providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Administração.

**9.6.** Nenhum pagamento será efetuado ao Fornecedor enquanto perdurar pendência na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.

**9.7.** O prazo de atesto da execução do objeto será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

**9.7.1.** A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, CNPJ: 01.037.124/0001-04.

**9.7.1.** A nota fiscal ou fatura deverá ser acompanhada, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

- a) Relatório de execução dos serviços, assinado pelo responsável técnico da contratada e atestado pelo fiscal do contrato;
- b) Comprovante da apólice de seguro anual contratado para o sistema fotovoltaico, com vigência compatível ao período de cobertura exigido;
- c) Certidões de regularidade fiscal e trabalhista atualizadas (INSS, FGTS, Receita Federal, Estadual, Municipal e CNDT), quando for o caso;
- d) Comprovante de regularidade junto ao SICAF ou sistema equivalente, quando aplicável.

**9.7.2.** A ausência de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada implicará na retenção do pagamento até a devida regularização, nos termos da legislação vigente.

**9.7.3.** Caso sejam identificadas irregularidades ou descumprimentos parciais das obrigações contratuais, o pagamento poderá ser glosado proporcionalmente, mediante justificativa formal do fiscal do contrato.

**9.7.4.** Sobre os valores pagos incidirão as retenções tributárias previstas em lei, cabendo à contratada a responsabilidade pelo recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.

**9.8.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado ? CADFOR.

**9.8.1.** O Fornecedor que estiver em situação de irregularidade junto ao CADFOR deverá entregar juntamente com a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, os documentos que porventura estiverem vencidos para fins de atualização pelo CADFOR.

**9.9.** A equipe de fiscalização do contrato realizará consulta ao CADFOR, bem como no Cadastro de Inadimplentes ? CADIN estadual, para verificar a manutenção das condições de habilitação.

**9.9.1.** Caso seja constatado que o Fornecedor esteja em situação de irregularidade perante o CADFOR, este será notificado por escrito para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhar ao Gestor do Contrato os documentos que porventura estiverem vencidos, ou, no mesmo prazo, apresentar sua defesa.

**9.9.2.** Caso seja constatado que o Fornecedor esteja em situação de irregularidade perante o CADIN estadual, este será notificado por escrito para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularizar sua situação ou, no mesmo prazo, apresentar sua defesa.

**9.9.3.** Os prazos referidos neste item poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, a critério da Administração.

**9.9.4.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração comunicará à Controladoria-Geral do Estado a inadimplência do Fornecedor.

**9.9.5.** Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, assegurado o contraditório e a ampla defesa, por meio de processo administrativo a ser instaurado.

**9.9.6.** Se o Fornecedor não regularizar sua situação no CADFOR e/ou no CADIN, e havendo a efetiva prestação dos serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, salvo nas hipóteses em que houver indícios das infrações administrativas previstas na Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, caso em que a retenção dos créditos não excederá o limite dos prejuízos causados à Administração.

**9.10.** O Gestor do Contrato deverá disponibilizar a nota fiscal, com seu respectivo atesto, ao setor financeiro, em até 5 (cinco) dias após o atesto.

Liquidação da Despesa

**9.11.** O registro da liquidação da despesa no Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira ? SIOFINET deverá ser realizado pelo setor financeiro em até 15 (quinze) dias após o atesto da execução do objeto.

**9.12.** Para fins de liquidação, o setor financeiro deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade e a data da emissão;
- b. os dados do contrato e do órgão ou entidade da Administração;
- c. o período respectivo de execução do contrato;
- d. o valor a pagar; e
- e. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

#### Prazo de Pagamento

**9.13.** O pagamento será realizado de forma Em parcela única no valor total do item/lote efetivamente executado/entregue.

**9.14.** O pagamento do objeto deverá ser realizado até 30 (trinta) dias após o atesto da nota fiscal e emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo Gestor do Contrato, nos termos deste Tópico, respeitada a ordem cronológica conforme Decreto estadual nº 9.561, de 21 de novembro de 2019.

**9.15.** A Administração somente efetuará o pagamento à proponente vencedora referente às Notas Fiscais ou documento de cobrança equivalente, estando vedada a negociação de tais títulos com terceiros.

**9.16.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Fornecedor.

**9.16.1.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**9.16.2.** Nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a constatação de irregularidade no pagamento das verbas trabalhistas, previdenciárias ou relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ? FGTS não impede o ingresso do crédito na ordem cronológica de exigibilidade, e a unidade contratante pode reter parte do montante devido ao Fornecedor, limitada a retenção ao valor do débito verificado.

#### Do reajuste do contrato

**9.20.** Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado. Após este período será utilizado o IPC-A (IBGE) como índice de reajustamento.

**9.17.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**9.17.1.** A Contratante, ao efetuar o pagamento à Contratada, fica obrigada a proceder à retenção do Imposto de Renda (IR) ao Estado de Goiás com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores.

**9.18.** O Fornecedor regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei complementar.

#### Reajuste em caso de atraso no pagamento

**9.19.** Ocorrendo atraso no pagamento em que o Fornecedor não tenha de alguma forma concorrido para a mora, os valores devidos ao Fornecedor serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

$$EM = N \times Vp \times (I / 365)$$

Onde:

**EM** = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

**N** = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

**Vp** = Valor da parcela em atraso;

**I** = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

#### Tópico 10 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

<b>10.1. Critério de Julgamento</b>	Menor Preço
<b>10.2. Forma de adjudicação</b>	Por Lote
<b>10.3. Participação de empresas reunidas em consórcio</b>	é admitida a participação de empresas reunidas em consórcio
<b>10.4. Prazo de validade das propostas</b>	60 dias

#### Tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte

**10.5.** Na presente contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, em observância à Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e demais dispositivos legais aplicáveis.

**10.6.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de até 5 (cinco dias úteis), prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, contados do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

**10.7.** A não-regularização da documentação no prazo acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, sendo facultado à Administração convocar os Fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**10.8.** A disputa exclusiva e/ou reserva de cotas para microempresa e empresa de pequeno porte, na forma da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, será aplicada conforme previsto na Planilha de Quantitativo e Valores contida no Tópico 3 deste Termo de Referência.

#### Exigências de habilitação

**10.9.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral - CRC, do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de Goiás - CADFOR, conforme orientações gerais disponíveis no link: <https://sislog.go.gov.br/>.

**10.10.** Além da documentação prevista para homologação do cadastro do fornecedor, para fins de comprovação da Qualificação Econômico-Financeira, é exigido o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

**10.10.1.** A regular situação financeira será comprovada através dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 (um);

**10.10.1.1.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) ou Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% (até 10% (dez por cento)) do R\$ 99.100,86.

**10.10.1.2.** Por tratar-se de execução de serviços, em que o particular deverá investir recurso, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, a licitante deverá comprovar, que possui *capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento)* do R\$ 99.100,86.

**10.10.2.** O atendimento dos índices econômicos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, a ser apresentada pelo licitante.

**10.10.3.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**10.10.4.** Os documentos referidos no item 10.10. limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos e deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**10.11.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste tópico deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**10.12.** As microempresas ou empresas de pequeno porte, em licitações referentes a fornecimento de bens para pronta entrega ou locação de materiais, ficam dispensadas de apresentar o Balanço Patrimonial previsto no item 10.10. por determinação do artigo 2-A do Decreto nº 7.466, de 18 de outubro de 2011:

*Art. 2º-A Na habilitação em licitações referentes a fornecimento de bens para pronta entrega ou locação de materiais, não será exigida de microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social. (Acrescido pelo Decreto nº 7.804, de 20-02-2013)*

**10.12.1.** As microempresas e empresas de pequeno porte para usufruir do benefício que dispõe o artigo 2-A do Decreto nº 7.466, de 18 de outubro de 2011, devem enviar Declaração de Isenção do Balanço Patrimonial, assinada pelo responsável legal da empresa ou representante com poderes outorgados para os fins de celebrar contrato, acompanhado do instrumento de procuração.

**10.13.** Caso no corpo das certidões exigidas não conste o seu prazo de validade, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de sua emissão.

#### Qualificação técnica mínima exigida

**10.14.** A empresa deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o Fornecedor já forneceu equipamento compatível com o licitado ou prestou serviço, de forma satisfatória. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante e o nome e assinatura do responsável.

**10.15.** A título de comprovação da qualificação técnica, o Fornecedor deve comprovar ainda:

a) **Atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação, especialmente **manutenção preventiva e corretiva de sistemas fotovoltaicos**;

b) **Registro ou inscrição da empresa e do responsável técnico junto ao CREA/CAU ou conselho de classe equivalente**, conforme a natureza do serviço, incluindo obrigatoriamente o **registro no CREA para serviços de engenharia elétrica**;

c) **Certificação ou treinamento técnico** dos profissionais envolvidos na manutenção de sistemas fotovoltaicos, emitido por instituição reconhecida;

d) **Comprovação de capacidade de ofertar apólice de seguro** compatível com o sistema fotovoltaico objeto da contratação, seja mediante parceria com seguradora habilitada ou experiência anterior em fornecimento semelhante.

#### Visita técnica facultativa

**10.16.** O Fornecedor poderá vistoriar o local onde serão entregues os bens e/ou executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade, mediante prévio agendamento de horário pelo telefone (62) 99219-4873 ANTÔNIO CARLOS ALVES PINHEIRO, limitada a realização da vistoria a um interessado por vez.

**10.17.** O registro dessa Vistoria será formalizado através do ANEXO - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA, que deverá ser assinado por um representante da empresa e outro da Administração.

**10.18.** Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os Fornecedores não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Termo de Referência. Caso opte por não realizar a vistoria nos locais e instalações referentes a este objeto, deverá ser preenchido e assinado, pelo representante da empresa, o documento conforme ANEXO - MODELO DE TERMO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA.

**10.19.** A visita tem a função de garantir, dessa forma, que o Fornecedor tenha pleno conhecimento da natureza e do escopo do projeto, dos serviços e dos fornecimentos, das condições topográficas, hidrológicas e climáticas que possam afetar sua execução; e dos materiais necessários para que sejam utilizados durante a construção e dos acessos aos locais onde serão executados os serviços.

Subcontratação

10.20. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Tópico 11 - ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

11.1. Anexo do TR -

EQUIPE DE PLANEJAMENTO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA:

Responsável	Função	Telefone	Email
CAIO CESAR NEVES SOUSA	Integrante Requisitante	62 99696033	caio-bio@hotmail.com
CAIO CESAR NEVES SOUSA	Integrante Técnico	62 99696033	caio-bio@hotmail.com

Versão do Doc. Padrão  
0.04

GOIANIA, aos 17 dias do mês de setembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **CAIO CESAR NEVES SOUSA**, **Gerente**, em 18/09/2025, às 08:59, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **79833094** e o código CRC **523E8C35**.

SISTEMA DE LOGÍSTICA DE GOIÁS  
AVENIDA ANHANGUERA Nº 609, - Bairro SETOR LESTE UNIVERSITÁRIO - GOIANIA - GO - CEP 74610-250 - (62)3201-8795.



Referência: Processo nº 202500005025378



SEI 79833094